



Art. 96. Serão alocados no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social recursos para custeio dos benefícios eventuais da assistência social e para os programas específicos da assistência social, consoante legislação aplicável.

Art. 97. As transferências de recursos do Município para custeio de ações no Fundo Municipal de Assistência Social, preferencialmente, deverão ser programadas por meio de cronograma de desembolso e programação financeira, para facilitar o planejamento e a gestão do referido fundo.

Seção V Das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Art.98. Integrará o Orçamento do Município um quadro demonstrativo do cumprimento do art. 212 da Constituição Federal, no tocante à vinculação de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos à manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 99. O Poder Executivo disponibilizará aos Conselhos Municipal de Educação e de Controle Social do Fundeb e aos órgãos de Controle Externo, publicará em local visível no prédio da Prefeitura e entregará para publicação na Câmara de Vereadores o Demonstrativo Anexo 08 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária, para conhecimento da aplicação de recursos no ensino.

§ 1º. As disposições deste artigo serão atualizadas pela legislação federal que dispor sobre a continuidade do Fundeb a partir do exercício de 2021;

§ 2º. A prestação de contas anual de recursos do Fundeb relativa ao 2020, apresentada pelo gestor, será instruída com parecer do Conselho de Controle Social do Fundo, devendo o referido parecer, fundamentado e conclusivo, ser apresentado ao Poder Executivo no prazo estabelecido no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007.

§ 3º. A demonstração da origem e aplicação dos recursos no ensino será evidenciada no Demonstrativo de Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO, de acordo com a padronização estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional, para os municípios.

§ 4º. A transferência de dados ao SIOPE – Sistema de Informação sobre Orçamento Público em Educação será feita bimestralmente por meio de certificação digital, de responsabilidade do titular da Secretaria de Educação, nos termos da legislação federal específica.

Seção VI Dos Repasses de Recursos à Câmara Municipal

Art. 100. Os repasses de recursos à Câmara de Vereadores ocorrerão mensalmente até o dia 20 (vinte) de cada mês, nos termos dos artigos 29-A e 168 da Constituição Federal.

Art. 101. O repasse do duodécimo do mês de janeiro de 2021 poderá ser feito com base na mesma proporção utilizada no mês de dezembro de 2020, devendo ser ajustada, em fevereiro de 2021, eventual diferença que venha a ser conhecida, para mais ou para menos, quando todos os balanços estiverem publicados e calculados os valores exatos das fontes de receita do exercício anterior, que





formam a base de cálculo estabelecida pelo art. 29-A da Constituição Federal, para os repasses de recursos ao Poder Legislativo.

Seção VII Das Despesas com Serviços de Outros Governos

Art. 102. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas a União, ao Estado de Pernambuco ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes na Lei Orçamentária, mediante convênio, ajuste ou instrumento congêneres.

Art. 103. Poderão ser incluídas dotações específicas para custeio de despesas resultantes de convênios, para atender ao disposto no caput do art. 102 desta Lei.

§ 1º. A assunção de despesas e serviços de responsabilidade de outros governos fica condicionada a prévia formalização de instrumentos de convênio ou equivalentes.

§ 2º. Os instrumentos de que trata o § 1º serão formalizados nos termos do art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993, analisados e aprovados pela assessoria jurídica do Município, precedidos de solicitação formal com apresentação de plano de trabalho.

Seção VIII Das Despesas com Cultura e Esportes

Art. 104. Constarão do orçamento dotações destinadas ao patrocínio e à execução de programas culturais e esportivos.

§ 1º. Nas atividades de que trata o caput deste artigo, podem ser incluídas dotações para despesas com concessão de prêmios, subordinada às regras e critérios estabelecidos em leis e regulamentos específicos locais.

§ 2º. O Município também apoiará e incentivará o desporto e o lazer, por meio da execução de programas específicos de acordo com as disposições do art. 217 da Constituição Federal, observada regulamentação local.

Art. 105. Nos programas culturais de que trata o art. 104 desta lei, bem como em programas realizados diretamente pela Administração Municipal, se incluem o patrocínio e realização, pelo Município, de festividades artísticas, cívicas, folclóricas, tradicionais e outras manifestações culturais, inclusive quanto à valorização e difusão cultural de que trata o art. 215 da Constituição Federal.

Parágrafo único. O projeto destinado à realização de eventos será elaborado nos termos da legislação vigente, conterá memorial descritivo, detalhamento de serviços, montagem de estruturas, especificações técnicas e estimativas de custos, bem como cronograma físico-financeiro compatível como os prazos de licitação, de contratação e de realização de todas as etapas necessárias.

Seção IX Das Mudanças na Estrutura Administrativa





Art. 106. O Poder Executivo poderá atualizar sua estrutura administrativa e orçamentária para atender de forma adequada as disposições legais, operacionais e a prestação dos serviços à população, bem como atender ao princípio da segregação de funções na administração pública, por meio de Lei específica.

§ 1º Havendo mudança na estrutura administrativa resultante de lei, fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transferir, transportar ou utilizar, total ou parcialmente, dotações orçamentárias constantes no orçamento, ou em crédito especial, decorrente da extinção, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições.

§ 2º. Na transposição, transferência ou remanejamento poderá haver reajuste na classificação orçamentária, obedecidos os critérios e as normas estabelecidas na legislação citada no art. 2º desta Lei.

§ 3º Na mudança de estrutura deverá ser observado que até 31 de dezembro de 2021 não poderá haver aumento de despesa de pessoal, consoante disposições da Lei Complementar nº 173/2020.

Seção X Do Apoio aos Conselhos e Transferências de Recursos aos Fundos

Art. 107. Os Conselhos e Fundos Municipais terão ações custeadas pelo Município, desde que encaminhem seus planos de trabalho e/ou propostas orçamentárias parciais, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas, para que sejam incluídas nos projetos e atividades do orçamento municipal, da forma prevista nesta lei e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Os planos de trabalho e os orçamentos parciais citados no caput deverão ser entregues até o dia 5 (cinco) de setembro de 2020, para que o Setor de Planejamento do Poder Executivo faça a inclusão no Projeto de Revisão do PPA 2018/2021 para 2021 e na proposta orçamentária para 2021.

Art. 108. Os repasses aos fundos terão destinação específica para execução dos programas, projetos e atividades constantes do orçamento, cabendo ao Gestor do Fundo implantar a contabilidade, ordenar a despesa e prestar contas aos órgãos de controle.

§ 1º. Os repasses de recursos aos fundos serão feitos de acordo com programação financeira, por meio de transferências nos termos da legislação aplicável.

§ 2º. Os gestores de fundos prestarão contas ao Conselho de Controle Social respectivo e aos órgãos de controle externo, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. Os atos relativos às limitações de empenho, em decorrência de frustração de receita que afetem as metas de resultado nominal e primário, abrangem os fundos especiais.

Art. 109. Os gestores dos fundos apresentarão aos Conselhos, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativos da execução orçamentária do fundo respectivo.

Art. 110. Os conselhos reunir-se-ão regularmente e encaminharão cópia das atas ao Poder Executivo e aos gestores de fundos, no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a reunião, para que cópia das atas integre as prestações de contas que serão encaminhadas aos órgãos de controle.



§ 1º. Os pareceres de conselhos sobre as prestações de contas serão fundamentados e deverão opinar objetivamente sobre as contas apresentadas, devendo ser emitidos, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o recebimento da prestação de contas e expedidas cópias ao Poder Executivo e ao gestor de fundo, para encaminhamento aos órgãos de controle interno e externo.

§ 2º. A omissão do dever de prestação de contas por parte do gestor do fundo implica em tomada de contas especial, na forma da lei e regulamento.

Seção XI Da Geração e do Contingenciamento de Despesa

Art. 111. Será emitido Demonstrativo da Estimativa do Impacto Orçamentário e Financeiro relativo à geração de despesa nova, para atendimento dos artigos 15 e 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. O impacto orçamentário-financeiro, aludido no caput, será considerado para o exercício que entrar em vigor e para os dois seguintes.

§ 2º. Para os fins previstos no § 3º do art. 16 da referida Lei Complementar nº 101/2000, consideram-se despesas irrelevantes às despesas até os valores limites constantes nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizados pelo Decreto nº 9.412, de 18 de junho de 2018.

§ 3º. Para despesas abaixo do limite do § 2º não cabe emissão de impacto orçamentário-financeiro, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 112. O órgão responsável pelas finanças municipais terá o prazo de 10 (dez) dias para produzir os demonstrativos de impacto orçamentário-financeiro, depois de solicitado o estudo de projeção da despesa nova e de indicação das fontes de recursos respectivas, devendo ser informado pelo órgão solicitante os valores necessários à realização das ações que serão executadas, para propiciar a montagem da estrutura de cálculo do impacto.

Art. 113. As entidades da administração indireta, do Regime Próprio de Previdência Social, fundos municipais e o Poder Legislativo disponibilizarão dados, demonstrativos e informações contábeis ao Órgão Central de Contabilidade do Município para efeito de consolidação, de modo que possam ser entregues nos prazos legais, relatórios, anexos e demonstrações contábeis às instituições de controle externo e social, assim como para monitoramento da evolução de receitas e despesas.

Art. 114. No caso das metas de resultado primário e nominal, estabelecidas no ANEXO II desta Lei, não serem cumpridas por insuficiência na arrecadação de receitas, serão promovidas reduções nas despesas, nos termos do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 2000, com limitações ao empenhamento de despesas e à movimentação financeira.

Art. 115. No caso de insuficiência de recursos durante a execução orçamentária, serão estabelecidos, em atos próprios, procedimentos para a limitação de empenho, observada a seguinte escala de prioridades:

I – Obras não iniciadas;

II – Desapropriações;

26



III – Instalações, equipamentos e materiais permanentes;

IV – Serviços para a expansão da ação governamental;

V – Materiais de consumo para a expansão da ação governamental;

VI – Outras situações declaradas nos atos de contingenciamento.

§ 1º. Não são objeto de limitação às despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, sentenças judiciais e de despesa com pessoal, incluídos os encargos sociais.

§ 2º. A limitação de empenho e movimentação financeira serão em percentuais proporcionais às necessidades.

CAPÍTULO VII DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DOS CUSTOS

Seção I

Da Programação Financeira e do Detalhamento da Despesa

Art.116. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o Poder Executivo estabelecerá à programação financeira, o cronograma de desembolso, as metas bimensais de arrecadação e publicará o quadro de detalhamento da despesa.

§ 1º O cronograma de desembolso discriminará a despesa por grupo de natureza, com valores mensais e bimestrais, abrangendo de janeiro a dezembro de 2021.

§ 2º O Quadro de Detalhamento da Despesa discriminará a natureza até o elemento de despesa, fonte/destinação de recursos, de acordo com a classificação orçamentária nacionalmente unificada.

§3º O Quadro de Detalhamento da Despesa poderá ser publicado juntamente com a lei orçamentária e seus anexos.

Seção II

Do Controle de Custos e Avaliação dos Resultados

Art. 117. O controle de custos, no âmbito da Administração Municipal, obedecerá às normas estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, que serão implantadas, paulatinamente, de acordo com a capacidade de estruturação de um sistema de controle de custos adequado ao Município.

Art. 118. Os gestores de programas poderão individualizar ações e subações físicas, para comparação com as despesas dos projetos e atividades dos programas respectivos, com vistas a facilitar a avaliação dos gastos e a evolução de indicadores.



§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas será feita preferencialmente através de indicadores, devendo o Gestor de cada programa acompanhar os gastos com a execução do programa e comparar as metas previstas com as realizadas.

§ 2º. Durante o exercício de 2021 poderão ser construídos, substituídos, modificados e acrescidos indicadores para mesurar o desempenho dos programas de trabalho do PPA 2018/2021, por meio de Decreto.

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Seção Única Das Prestações de Contas e da Fiscalização

Art. 119. Serão apresentadas até o dia 31 (trinta e um) de março de 2021:

I – A Prestação de Contas Anual de Governo, exercício de 2020, pelo Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 56 da Lei Complementar nº 101, de 2000;

II – As Prestações de Contas Anuais de Gestão, exercício de 2020, pelos Gestores e demais responsáveis por recursos públicos.

§ 1º Serão apresentadas ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco as prestações de contas de 2020, em meio digital no processo eletrônico, de acordo com resoluções do referido tribunal.

§ 2º A coordenação do processo de coleta de dados e informações para organização da documentação que comporá o processo de prestação de contas ficará a cargo do Órgão de Controle Interno do Município.

Art. 120. Serão apresentadas à Câmara Municipal as prestações de contas de 2020, da forma estabelecida pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco em meio digital e disponibilizadas na Internet, para conhecimento da sociedade.

Art. 121. O controle interno fiscalizará a execução orçamentária, física e financeira, inclusive dos convênios, contratos e outros instrumentos congêneres, nos termos da legislação aplicável.

CAPÍTULO IX DOS ORÇAMENTOS DOS FUNDOS, CONSÓRCIOS E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Seção I Do Orçamento dos Fundos, Consórcios e Órgãos da Administração Indireta

Art. 122. Os orçamentos dos órgãos e entidades da administração indireta, fundos municipais e consórcios públicos que o Município participe, poderão integrar a proposta orçamentária por meio de unidade gestora supervisionada.

28



§ 1º. Os órgãos e entidades da administração indireta citados no caput deste artigo encaminharão, até o dia 5 (cinco) de setembro de 2020, seus planos de trabalho e orçamentos parciais, ao órgão responsável pela elaboração da proposta orçamentária, indicando os programas e as ações que deverão ser executadas em 2021.

§ 2º. O processo de elaboração da proposta orçamentária será coordenado pelo órgão de planejamento do município em parceria com o órgão de finanças.

Seção II Da Execução Orçamentária e Controle de Investimentos

Art. 123. Os titulares de órgãos responsáveis pela contratação e execução de obras públicas e serviços de engenharia no Município ficam responsáveis pela produção, assinatura e encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco do Mapa Demonstrativo de Obras e Serviços de Engenharia, trimestralmente.

Art. 124. O controle de obras públicas, a elaboração do Mapa Demonstrativo de Obras e Serviços de Engenharia e a fiscalização, deverão obedecer às exigências da Resolução T. C. nº 8, de 9 de julho de 2014, do TCE-PE e suas atualizações.

Art. 125. Os gestores de programas e de convênios acompanharão a execução orçamentária, física e financeira das ações que serão realizadas e o alcance dos objetivos de cada programa.

§ 1º. O gestor do programa deverá monitorar continuamente a execução, disponibilizar informações gerenciais e emitir relatórios sobre a mensuração por indicadores do desempenho do programa.

§ 2º. O Gestor de Convênios será responsável pela formalização da prestação de contas do convênio respectivo e acompanhamento até sua regular aprovação, monitoramento do Sistema Auxiliar de Informações para Transferências Voluntárias, alimentação e consultas ao Sistema de Convênios ou outros que o sucederem e atendimento de diligências.

§ 3º. O Chefe do Poder Executivo designará os responsáveis pela gestão de convênios, contratos de repasse e programas específicos.

Art. 126. É proibida a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos, fiscal e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer ou onde estiver eventualmente lotado.

CAPÍTULO X DAS DÍVIDAS, DO ENDIVIDAMENTO E DOS RESTOS A PAGAR

Seção I Dos Precatórios

Art.127. O orçamento consignará dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais e de precatórios.



Art.128. A contabilidade da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica, devendo o Poder Executivo, periodicamente, oficiar aos Tribunais de Justiça e do Trabalho, para efeito de conferência dos registros e ordem de apresentação.

Parágrafo único. Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário à Prefeitura Municipal, até 1º de julho de 2020, serão obrigatoriamente incluídos na proposta orçamentária para 2021.

129. A Procuradoria Jurídica do Município conferirá junto ao Poder Judiciário a lista de precatórios, beneficiários, valores e ordem cronológica, para confrontar com as informações do órgão de planejamento municipal, para propiciar exatidão dos valores das dotações que serão incluídas no orçamento de 2021, para pagamento de precatórios.

Seção II Da Celebração de Operações de Crédito e Alienação de Bens

Art. 130. Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar operações de crédito, nos termos da Legislação Federal aplicável e dentro dos limites estabelecidos pelo Sendo da República, inclusive para Antecipação de Receita Orçamentária (ARO).

Art. 131. A autorização para celebração operação de crédito será feita por meio de lei específica, nos termos do art. 32 da Lei Complementar nº 101/2000 e regulamentação pertinente.

§ 1º. Poderá constar da Lei Orçamentária de 2021 estimativa de receitas e dotações para investimentos tendo como fontes de financiamento operações de crédito.

§ 2º. Só poderão ser realizadas despesas com fonte de recursos de operações de crédito quando a operação for realizada e os recursos ingressarem na receita.

§ 3º. A lei que autorizar operação de crédito poderá reestimar a receita de operações de crédito constantes da Lei orçamentária para compatibilizar com o valor da operação e autorizar abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente em 2021, para investimentos, obedecidas as disposições do inciso IV do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 4º. Deverão ser priorizados investimentos em saneamento básico com recursos de operações de crédito.

Art. 132. É vedada a aplicação de receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social.

Seção III Dos Restos a Pagar

Art. 133. Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Anular os empenhos inscritos em restos a pagar que atingirem o prazo de prescrição de 5 (cinco) anos, estabelecido no Decreto nº 20.910 de 6 de janeiro de 1932;





II – Anular os empenhos inscritos como restos a pagar não processados, cujos credores não conseguirem comprovar a efetiva realização dos serviços, obras ou fornecimentos e não for possível formalizar a liquidação;

III – Anular os empenhos inscritos em restos a pagar, feitos por estimativa, cujos saldos não tenham sido anulados nos respectivos exercícios;

IV – Anular empenhos cuja despesa originária resulte de compromisso que tenha sido transformado em dívida fundada;

V – Anular empenhos inscritos em restos a pagar em favor de concessionárias de serviços públicos e entidades previdenciárias, onde as obrigações tenham sido transformadas em confissão de dívida de longo prazo;

VI – Cancelar valores registrados como restos a pagar por montante, vindos de exercícios anteriores, que não tenham sido correspondidos com os empenhos respectivos, impossibilitando a individualização dos credores e a comprovação de sua regular liquidação.

Art. 134. Os empenhos não processados até 31 de dezembro de 2021, sem disponibilidade de caixa para seus pagamentos deverão ser anulados.

Seção IV Da Amortização e do Serviço da Dívida Consolidada

Art.135. O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Consolidada, inclusive decorrente de assunção de débitos previdenciários, para efeito de controle e acompanhamento.

§ 1º. Serão consignadas no orçamento dotações para o custeio do serviço da dívida, compreendendo juros, atualizações e amortizações da dívida consolidada.

§ 2º. Na proposta orçamentária deverá ser considerada a geração de superávit primário para o pagamento dos encargos e da amortização de parcelas das dívidas, inclusive com órgãos previdenciários, nos termos da legislação aplicável.

§ 3º. O Poder Executivo, periodicamente, deverá dirigir-se formalmente aos órgãos, entidades, instituições financeiras, Receita Federal e concessionárias de serviço público para conferir a exatidão do montante da dívida pública do Município com essas entidades.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Seção Única Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 136. O Poder Executivo, na elaboração da Proposta Orçamentária para 2021, assegurará dotação específica, denominada Reserva Parlamentar no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), por vereador, totalizando R\$ 1.300.000,00 (hum milhão e trezentos mil reais), de execução orçamentária e financeira obrigatória.





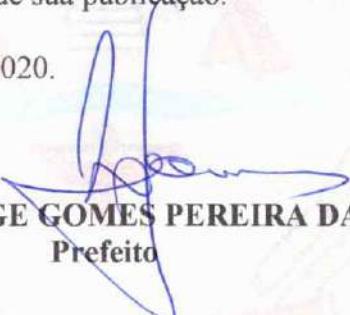
Art.137. Caso o Projeto da Lei Orçamentária, apresentado ao Poder Legislativo até 5 (cinco) de outubro de 2020, não for sancionado até 31 de dezembro de 2020, a programação dele constante poderá ser executada em 2021, para o atendimento de:

- I – Despesas decorrentes de obrigações constitucionais e legais do Município;
- II – Ações de enfrentamento e prevenção a desastres e catástrofes;
- III – Ações em andamento;
- IV – Obras em andamento;
- V – Manutenção dos órgãos, entidades e unidades administrativas para propiciar o seu regular funcionamento e a prestação dos serviços públicos;
- VI – Execução dos programas e outras despesas correntes de caráter inadiável.

Art. 138. No processo de elaboração em 2021, do Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025, deverão ser observados a continuidade dos programas de duração continuada em execução, a atualização dos planos setoriais existentes e poderão ser seguidas as estimativas de receitas previstas no Anexo de Metas Fiscais para os exercícios de 2022 e 2023, conceitos e definições constantes do art. 3º desta Lei.

Art. 139. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de setembro de 2020.


LUCRÉCIO JORGE GOMES PEREIRA DA SILVA
Prefeito



ANEXO I

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

**Município de
Escada**

EXERCÍCIO DE 2021

ANEXO DE PRIORIDADES



O Anexo de Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias, para o exercício de 2021, está estruturado com base na orientação estratégica do Plano Plurianual 2018/2021. Contempla as escolhas do governo e da sociedade para execução das ações prioritárias que deverão ser realizadas no exercício que se inicia em janeiro de 2021, nas áreas discriminadas a seguir:

- Ações para Execução de Programas Prioritários da Saúde

- Construir Unidades Básicas de Saúde;
- Remapear as áreas descobertas por Agentes de Saúde;
- Manter e Implantar novos ambulatórios de Especialidades Médicas;
- Reformar e Ampliar a sede da Secretaria de Saúde Municipal
- Ampliar os Centros de Saúde Municipais
- Aumentar o número de leitos hospitalares
- Implantação do Bloco Cirúrgico no Hospital Municipal
- Aquisição de veículos e equipamentos hospitalares
- Implantação de centros de fisioterapia
- Ampliação do TFD
- Construção de Academias da Saúde
- Reforma, ampliação e construção de PSFs
- Reforma e ampliação do Hospital Municipal
- Construção da sede do SAMU
- Reforma e ampliação do Lactário
- Enfrentamento da Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus (COVID-19)

- Ações para Execução de Programas Prioritários da Educação, Esportes e Cultura

- Qualificar as Escolas Municipais para adequação ao Programa Educação Conectada
- Criar espaço definitivo para atuação dos Conselhos Municipais, bem como oferecer condições de funcionamento e suporte financeiro para despesas relacionadas
- Garantir em todos os espaços ambientes educacionais o direito à acessibilidade
- Requalificar e reformar a Concha Acústica da Escola Barão de Suassuna
- Melhorar e focar na manutenção da quantidade e qualidade da merenda escolar, priorizando produtos gerados e produzidos no município
- Implantar um núcleo de cursos preparatórios para concursos e vestibulares
- Implantar escolas em tempo integral e semi-integral, bem como centros educacionais
- Instituir programa de avaliação em rede
- Implantar programa de gestão e diário eletrônico
- Implementar um programa de trabalho de pesquisa nos Anos Finais d Ensino Fundamental

- Implementar o Programa “ Meu primeiro livro “ no ciclo de alfabetização
- Implementar um centro de atendimento as crianças e jovens com deficiência
- Implementar um programa de apoio as crianças com dificuldades na aprendizagem
- Implementar laboratórios de informática nas escolas
- Implementar programa de premiação de alunos, professores e gestores das escolas
- Firmar parceria com o Governo Federal, Estadual e entidades para construção de quadras poliesportivas, bem como de outras modalidades esportivas, em polos da zona rural
- Incentivar a prática de modalidades esportivas diversas, como atletismo, maratona, tênis de mesa, saltos em altura e distância, voleibol, basquetebol, dentre outras, na zona rural e urbana, inclusive com metas de inclusão
- Realizar jogos escolares
- Implantar projeto de xadrez nas escolas
- Realizar escolinhas esportivas nas escolas e comunidades
- Implantar projetos esportivos nas comunidades
- Valorizar a cultura e os artistas
- Implantar a Escola de Música
- Incluir o Fundo Municipal de Cultura na LDO e LOA
- Realizar festivais culturais e estudantis
- Implantar a Casa do Artesão com a finalidade de fortalecer nossa identidade cultural através do artesanato
- Ampliação da frota escolar
- Destinar recursos para atendimento aos estudantes universitário
- Proporcionar curso de formação para motoristas
- Aquisição de uma câmara fria para armazenamento dos alimentos destinados a merenda escolar
- Compra de equipamentos para o depósito da merenda escolar
- Reforma do depósito da merenda escolar
- Aquisição de um veículo para Secretaria de Educação
- Medidas mitigadoras dos efeitos do COVID-19, sobre o sistema de ensino, em atendimento aos protocolos de saúde.
- Aquisição de mobiliário para Escolas: carteiras estudantis, birôs, estantes e armários
- Aquisição de ventiladores para escolas com poucos Recursos do PDDE
- Aquisição de computadores e impressoras por escolas
- Aquisição de equipamentos para Secretaria de Educação



- Aquisição de matérias elétricas, hidráulicas e construção para manutenção das unidades escolares
- Disponibilidade de internet para as escolas municipais
- Reforma do Arquivo Público
- Aquisição de jogos e brinquedos para as CEMEI
- Aquisição de material para o Núcleo de Educação Inclusiva
- Aquisição de materiais para a produção dos simulados para os 5º e 9º anos
- Aquisição de livros paradidáticos para as crianças e jovens
- Ações de auxílio a pessoas ligadas a cultura minimizando os efeitos do COVID-19, inclusive através de parcerias com os governos estaduais e federais

- Ações para Execução de Programas Prioritários de Desenvolvimento Social

- Promoção de cursos de qualificação profissional através do Programa ACESSUAS TRABALHO em parcerias com Empresas privadas, Sistema S, Instituições de Ensino Superior e outros;
- Implementação Políticas Públicas para pessoas idosas;
- Fortalecer, nos espaços culturais, educativos e sociais, as políticas de gênero;
- Ampliar os Centros de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças, Adolescentes e Idosos;
- Criação fortalecimento do Controle Social do Município como política de democratização as políticas públicas da Assistência Social, como também as Associações de bairros e Conselhos da Assistência Social, crianças, adolescentes, juventude, idosos, etnias e LGBT;
- Implantação da Casa dos Conselhos;
- Ampliação dos serviços da Proteção Social Básica, através dos CRAS e SCFV – Serviços de convivência e fortalecimento de vínculo e da proteção social especial na Cidade e Distritos;
- Implementar políticas públicas no enfrentamento ao alcoolismo e dependentes de substâncias psicoativas;
- Reforma, construção e ampliação do prédio sede da Secretaria de Assistência Social e prédios ligados a esta secretaria.
- Construção do prédio do CRAS MODELO com infraestrutura de acordo com as normas da ABNT e Ministério da Cidadania;
- Construção do prédio do CREAS MODELO com infraestrutura de acordo com as normas da ABNT e Ministério da Cidadania;
- Implantação da CASA DE ACOLHIMENTO para o público, crianças, adolescentes e pessoas idosas;
- Implantação da CASA DE PASSAGEM para andarilhos;
- Implantação do PROJETO DE ATENDIMENTO MULTIPROFISSIONAL para pessoas com deficiência.
- Aquisição de transporte para o serviço de média complexidade – Proteção Social Especial – CREAS;
- Implantação do PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA para o público de crianças, adolescentes e pessoa idosa;
- Capacitação permanente dos trabalhadores do SUAS;
- Implementação da vigilância socioassistencial, para conhecimento da presença de vulnerabilidade sociais da população e dos territórios;



- Implementação da política de descentralização através dos plantões sociais;
- Garantia dos benefícios eventuais que se encontram em vulnerabilidade social através do auxílio natalidade, auxílio funeral, documentos pessoais, cesta básica, aluguel social e outros que forem detectados pela rede Sócio Assistencial.
- Ações de combate a pandemia do COVID-19 e seus efeitos sobre a população em situação de vulnerabilidade social.

- Ações para Execução de Programas Prioritários de Desenvolvimento Rural e Econômico

- Firmar parcerias com órgãos Federais, Estaduais e Institutos para fomento da Produção;
- Incentivar a Agricultura Familiar com a criação de novos postos de distribuição e feira livre;
- Implantar Programa de Estágio Remunerado no serviço público para jovens no último ano do ensino médio, mediante Bolsa.
- Reforma, construção e ampliação dos Matadouros
- Reforma, construção e ampliação dos mercados públicos
- Perfuração de poços artesianos
- Melhoria e ampliação do abastecimento d'água
- Distribuição de sementes
- Doação de equipamentos agrícolas para pequenos agricultores
- Aquisição de Máquinas Pesadas
- Parceria com entidades não-governamentais

- Ações para Execução de Programas Prioritários de Infraestrutura

- Estruturar a interligação entre os bairros (Ruas e iluminação pública);
- Revitalizar os postes e canteiros centrais no corredor principal;
- Ampliar o sistema de abastecimento de água no município;
- Ampliar a iluminação pública nas ruas da cidade;
- Pavimentar em diversas as ruas da cidade;
- Implantar área de lazer para crianças nas praças públicas (Playground);
- Revitalizar das praças públicas.
- Renovação da Frota
- Construção de passagens molhadas
- Construção de casas populares
- Ampliação do sistema de esgoto

- Ações para Execução de Programas Prioritários de Governo

- Realizar sistema de monitoramento através de câmeras nas ruas;
- Promover formação para Guarda Municipal;
- Implantar o Orçamento Participativo em consonância com os anseios da população;
- Implantar Programa de Gestão Participativa com núcleos e associações de bairros;
- Modernizar a administração municipal através do aprimoramento do processo eletrônico;



- Ações para Execução de Programas Prioritários de Gestão e Finanças Públicas

- Implantar Gestão Jovem Participativa através do Pacto pelas Juventudes;

Lucrécio Jorge Gomes Pereira da Silva
Prefeito



ANEXO II

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

MUNICÍPIO DE
ESCADA
EXERCÍCIO
DE 2021

ANEXO DE METAS FISCAIS



ANEXO II - METAS FISCAIS

DO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS/2021

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Metas Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias do Município de Escada, para o exercício de 2021, é um conjunto de demonstrativos estabelecidos pelo art. 4º, § 1º da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Foi elaborado de conformidade com o Manual de Demonstrativos Fiscais 10ª edição, aplicado à União e aos Estados, Distrito Federal e Municípios, aprovado pela Secretaria do Tesouro Nacional pela Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019, com a finalidade de estabelecer as metas fiscais anuais, em valores constantes e correntes, relativas às receitas, despesas, resultado nominal, resultado primário e o montante da dívida para o exercício a que se refere (2021) e para os dois seguintes (2022 e 2023), bem como a avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior (2019) e evolução do patrimônio líquido do Município.

Integram o presente Anexo de Metas Fiscais os demonstrativos abaixo especificados, metodologia e memória de cálculos:

I – Demonstrativo 1 – Metas Anuais de:

- a) Receitas Primárias;
- b) Despesas Primárias;
- c) Resultado Nominal;
- d) Resultado Primário;
- e) Montante da Dívida.

II – Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três exercícios anteriores;

IV – Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores;

VII – Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VIII – Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaa58-885c-4617-9ec8-fbf310189e7d

PREFEITURA MUNICIPAL DA
SCADA
O TRABALHO VAI CONTINUAR

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

2021

Tabela 1- Metas Anuais

ANF-Demonstrativo I (LRF, Art. 4º § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2021				2022				2023			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) 100	% RCL (b / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) 100	% RCL (c / RCL) x 100
Receita Total	140.135	136.054	0,07	129,76	145.107	136.116	0,07	133,54	150.182	138.219	0,07	131,50
Receitas Primárias (I)	118.662	115.205	0,06	109,88	122.890	115.278	0,06	113,09	127.207	115.360	0,06	111,34
Despesa Total	140.135	136.054	0,07	129,76	145.107	136.116	0,07	133,54	150.182	138.218	0,07	131,38
Despesas Primárias (II)	119.578	116.095	0,06	110,73	124.122	116.431	0,06	114,23	128.367	116.431	0,06	111,40
Resultado Primário (III) = (I - II)	-816	-890	0,00	-0,65	-1.232	-1.155	0,00	-1,13	-1.160	-1.052	0,00	-1,06
Resultado Nominal	-217	-211	0,00	-0,20	-512	-480	0,00	-0,47	-421	-382	0,00	-0,39
Dívida Pública Consolidada	25.157	24.424	0,01	23,29	19.903	18.670	0,01	18,32	14.649	13.287	0,01	11,10
Dívida Consolidada Líquida	25.157	24.424	0,01	23,29	19.903	18.670	0,01	18,32	14.649	13.287	0,01	11,10
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV-V)	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00	0	0	0,00	0,00

Fonte: Secretaria Municipal de Finanças.

PIB - Produto Interno Bruto.

Notas Explicativas

1 - No exercício financeiro de 2018 o valor do PIB de Pernambuco foi de R\$ 197,2 bilhões em valores correntes, crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior, Fonte: CONDEPE - FIDEM, publicado no site www.condepedifem.pe.gov.br e IBGE.

2 - O valor do PIB de Pernambuco de 2019 foi de R\$ 205 bilhões em valores correntes e apresentou crescimento de 1,9% em relação ao ano anterior, Fonte: CONDEPE - FIDEM, publicado no site www.condepedifem.pe.gov.br e IBGE.

3 - Considerando à inexistência de projeções oficiais do Estado de Pernambuco para os exercícios de 2020, 2021, 2022 e 2023, os valores projetados para os períodos em tela, foram baseados no valor do PIB Estadual do exercício de 2019, adicionado a previsão da taxa de crescimento do PIB Nacional, conforme quadro demonstrativo abaixo.

Ano	Taxa de Crescimento do PIB %	Valor em Milhares (R\$)
2018	1,90%	167.200.000
2019	1,90%	205.000.000
2020	-6,50%	191.675.000
2021	3,50%	198.383.625
2022	2,50%	203.843.218
2023	2,50%	208.426.798

Fonte: Agência CONDEPE/FIDEM
(Publicado em 13/03/2020) IBGE
Banco Central do Brasil - BCB - Acatário Focus (Publicado em 03/07/2019)

Fator de Crescimento Real do PIB Nacional.

Notas Explicativas

4 - O referido Fator é obtido a partir da média geométrica das taxas de crescimento real do PIB nacional nos últimos oito anos, conforme art. 7º da Portaria STN nº 9, de 5 de janeiro de 2017.

5 - A partir de dezembro de 2019, considerando revisões pelo IBGE e a publicação do PIB de 2018, o Fator de Atualização a ser utilizado é de 1,006201114%, calculado conforme tabela abaixo:

Fator de Crescimento Real do PIB Nacional									
Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Média Geométrica
Crescimento do PIB	1,039744231	1,01921178	1,030048227	1,005039557	0,98454237	0,967240831	1,013228691	1,013172240	1,006201114

Fonte: IBGE, publicado em 16 de junho de 2020.

Receita Corrente Líquida:

Notas Explicativas

6 - A Receita Corrente Líquida (RCL) é projetada mediante a aplicação de Fator de Atualização sobre a receita corrente líquida do período de 12 (doze) meses findos no mês de referência (§ 8º do art. 7º da RSF nº 43/2001). Para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, o Fator de Atualização utilizado é de 1,006201114%, conforme publicado pelo IBGE em 18 de junho de 2020.

RCL Projetada			
Variável	2021	2022	2023
Receita Corrente Líquida - RCL	107.994	108.683	109.337

Metodologia de Cálculo

RCL Projetada = (Rcl anio X * 1,006201114)

Sendo, RCL AnoX = [Receitas Correntes - (Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência + Compensação Financeira entre Regimes Previdenciários + Dedução de Receita para Formação do FUNDEB)]

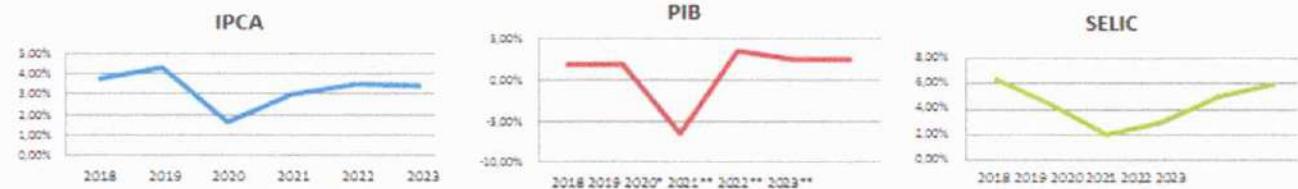
O cálculo das metas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIAVEIS			
PIB estimado (crescimento % anual)	2021	2022	2023
Inflação Média (% anual) projetada com base no índice IPCA	3,50%	2,50%	2,50%

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2021	2022	2023
Valor Corrente / 1,0300	Valor Corrente / 1,05681	Valor Corrente / 1,1025

Séries históricas dos indicadores IPCA, PIB e SELIC



Fonte: Agência CONDEPE/DEU - PIB 2017 - 2018 - 2019 - 2020 - 2021 - 2022 - 2023 (Relatório - PIB)
- PIB de Pernambuco - ISS de 2018 e 2019 e estimado de 2020 a 2023 para cálculos de PIB nacional conforme Venda de Demarcação da Fazenda 12ª edição, estimado para Pernambuco 2019/2020 de 27 de maio de 2019 (Versão 1 de 26/03/2020)

Documento Assinado Digitalmente por MARCELO FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etec.tce.pernambuco.gov.br/epv/validaDoc?sc=ean> Código do documento: 01ede58-885c-4617-9ec8-fbb310189e7d



I - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as receitas do Município

TOTAL DAS RECEITAS

ESPECIFICAÇÃO	Realizado 2018	Realizado 2019	R\$ milhares Reestimado 2020
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.034	6.949	6.741
IPTU	587	1.020	990
ISQN	2.691	2.445	2.372
Receita da Dívida Ativa	164	4	4
Demais Receitas	3.592	3.480	3.377
Receitas de Contribuições	5.104	4.904	4.758
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.585	1.349	1.308
Demais Receitas	3.519	3.555	3.449
Receita Patrimonial	860	1.922	894
Aplicações Financeiras	860	922	894
Outras Receitas Patrimoniais	-	1.000	(0)
Transferências Correntes	95.471	100.289	101.941
Cota-Parte do FPM	29.966	32.595	31.621
Cota-Parte do ITR	64	57	56
Cota-Parte do FEP	561	566	550
Transf. de Recursos do SUS - FMS	11.853	10.462	10.149
FUNDEB	31.282	32.336	33.870
Cota-Parte do ICMS	14.343	15.309	14.852
Cota-Parte do IPVA	1.923	2.052	1.990
Cota-Parte do IPI	90	75	73
Cota-Parte do CIDE		54	52
Outras Transferências Correntes	5.389	6.783	8.728
Outras Receitas Correntes	691	148	144
RECEITA DE CAPITAL (II)			
Operações de Créditos			-
Alienação de Bens			-
Amortização de Empréstimos			-
Transferências de Capital	999	270	1.304
Outras Receitas de Capital			-
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III)	15.853	16.536	19.797
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV)			-
RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	126.012	131.018	135.579

Notas Explicativas:

I – Os valores arrecadados nos exercícios de 2018 e 2019, compõe a série histórica de arrecadação utilizada nas projeções de receitas para os anos seguintes.

II – Durante o processo de elaboração desta Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o país, assim como o resto do planeta, foi atingido pela pandemia do novo coronavírus (COVID-19), cujo distanciamento social tem afetado a economia dos estados e municípios e, consequentemente, as projeções de receita de 2020 e dos próximos anos. Apesar das expectativas de mercado ainda sinalizarem possível retomada do crescimento da economia neste segundo semestre do ano, é necessário manter prudência quanto à projeção das receitas, tendo em vista o cenário de incertezas da retomada da economia. Por este motivo, a projeção de arrecadação do ano de 2020, foi reestimada para ajustar-se ao novo cenário econômico.

42



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaa58-885e-4617-9ec8-fb310189e7d



ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
RECEITAS CORRENTES (I)	117.589	121.651	125.800
Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	6.996	7.238	7.486
IPNU	1.027	1.062	1.099
ISQN	2.461	2.546	2.633
Receita da Dívida Ativa	13	14	14
Demais Receitas	3.495	3.616	3.740
Receitas de Contribuições	4.937	5.108	5.283
Contribuição para o Custo do Serviço de Iluminação Pública	1.358	1.405	1.453
Demais Receitas	3.580	3.703	3.830
Receita Patrimonial	928	960	993
Aplicações Financeiras	928	960	993
Outras Receitas Patrimoniais	(0)	(0)	(1)
Transferências Correntes	104.579	108.190	111.880
Cota-Parte do FPM	32.817	33.952	35.112
Cota-Parte do ITR	58	60	62
Cota-Parte do FEP	570	590	610
Transf. de Recursos do SUS - FMS	10.533	10.898	11.270
FUNDEB	33.935	35.102	36.296
Cota-Parte do ICMS	15.413	15.946	16.491
Cota-Parte do IPVA	2.066	2.137	2.210
Cota-Parte do IPI	76	78	81
Cota-Parte do CIDE	54	56	58
Outras Transferências Correntes	9.058	9.371	9.691
Outras Receitas Correntes	149	154	159
RECEITA DE CAPITAL (II)	2.001	2.200	2.400
Operações de Créditos	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital	2.001	2.200	2.400
Outras Receitas de Capital			
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (III)	20.545	21.256	21.982
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL (IV)	-	-	-
RECEITA TOTAL (V) = (I+II+III+IV)	140.135	145.107	150.182

Notas Explicativas:

I – Os parâmetros utilizados para se chegar aos valores projetados foram baseados na taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA), na taxa de crescimento do PIB e nas ações econômico-financeiras e administrativas, que serão tomadas por este município, para obter uma melhoria na fiscalização e obtenção de recursos financeiros para os exercícios futuros. Assim, as projeções para 2020, 2021, 2022 e 2023 considerando-se a taxa de inflação do IPCA prevista respectivamente em 1,63%, 3,00%, 3,50% e 3,42%, bem como as previsões da taxa de crescimento do PIB para 2020, 2021, 2022 e 2023 com os respectivos percentuais de -6,50%, 3,50%, 2,50% e 2,50%, demonstram um cenário pessimista para o ano de 2020 e um tímido crescimento econômico para os anos de 2021, 2022 e 2023.

Ressalta-se ainda, o efeito sobre as receitas decorrente da taxa real do PIB, que afeta diretamente na arrecadação dos tributos, isto é, a arrecadação municipal também deve sofrer forte queda em função da expectativa de redução do PIB. A tabela abaixo demonstra os efeitos das variações desses parâmetros nas receitas.

Sensibilidade da Receita nos Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetro Macroeconômico	Receitas
PIB	0,60%
IPCA	0,56%

Fonte: Anexo de Riscos Fiscais do PLDO 2021 da União.

A variação de 1 ponto percentual na taxa de crescimento do PIB altera em 0,60% as receitas. Já o efeito da variação de 1 ponto percentual na inflação tem impacto de 0,56% nas receitas. Deste modo, os parâmetros econômicos aplicados na estimativa das receitas nos anos de 2020, 2021, 2022, e 2023 foram respectivamente 0,91%, 1,68%, 1,96% e 1,92% para o IPCA e -3,90%, 2,10%, 1,50% e 1,50% para o PIB. Assim, o crescimento nominal previsto das receitas para o ano de 2020 é deficitário em -2,99%, já nos anos de 2021, 2022, e 2023 foi superavitário em 3,78%, 3,46% e 3,42%, respectivamente.

Desta forma, consideram-se no campo VARIAÇÃO % estas três variáveis (% IPCA, % PIB e intensificação na fiscalização tributária) para seus respectivos exercícios.





II – Estimativa referente aos valores das transferências de receitas intra-orçamentárias relativos à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, foi estabelecido conforme exigência do Manual de Demonstrativos Fiscais 10ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019.

III – Apesar da Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que criou o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) estabelecer em seu art. 48 a extinção do fundo em 31 de dezembro de 2020. Por prudência, optou-se em manter nas projeções para o ano de 2021, as receitas que formam o fundo, assim como suas deduções, visto que tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição de nº 15, de 2015, que acrescenta o fundo à Constituição Federal para torna-lo permanente.

I.a - Metodologia e Memória de Cálculo das Principais Fontes de Receita

IV – As receitas orçamentárias para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, foram estimadas considerando-se o histórico da arrecadação, projeções de indicadores econômicos, a legislação pertinente e especificidades de cada uma das receitas.

Nas estimativas desta LDO foram utilizados os modelos sugeridos pelo Manual de Demonstrativos Fiscais 10ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019. Basicamente dois modelos de projeções foram selecionados: Modelo Média (t-1) e Modelo Sazonal.

O primeiro modelo foi utilizado nas projeções de arrecadações que são praticamente constantes ao longo dos meses, cuja a série temporal baseia-se na média de arrecadação do ano anterior, refletindo o comportamento da receita para os anos seguintes.

Já o segundo modelo, foi utilizado nas receitas das quais a arrecadação não se distribui de forma uniforme ao longo do exercício. O modelo sazonal estima a receita aplicando os índices econômicos de forma mensal, evitando possíveis distorções causadas pela sazonalidade ou algum efeito da legislação, logo, o modelo leva em consideração a arrecadação mensal na projeção.

Receitas como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), são exemplos de receitas com séries históricas sazonais, influenciadas principalmente por suas legislações específicas que definem calendários de pagamentos em determinado período do ano.

As tabelas a seguir resumem as principais variações sobre as receitas estimadas na elaboração da LDO de 2021.

Receita de Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	7.034	-
2019	6.949	-1,21%
2020	6.741	-2,99%
2021	6.996	3,78%
2022	7.238	3,46%
2023	7.486	3,42%

V – O aumento previsto para a Receita Tributária provém da aplicação de uma política de intensificação da fiscalização na arrecadação dos tributos de competência municipal.

Imposto sobre Propriedade Territorial Predial e Urbana – IPTU

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	587	-
2019	1.020	73,76%
2020	990	-2,99%
2021	1.027	3,78%
2022	1.062	3,46%
2023	1.099	3,42%

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISQN

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	2.691	-
2019	2.445	-9,14%
2020	2.372	-3,01%
2021	2.461	3,78%
2022	2.546	3,46%
2023	2.633	3,42%

Receita da Dívida Ativa

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	164	-
2019	4	-97,56%
2020	4	-2,99%
2021	13	236,8%
2022	14	3,46%
2023	14	3,42%





I – O Município prevê um aumento na Arrecadação da Dívida Ativa, no exercício de 2021 em diante, em torno de 3% sobre saldo da Dívida Ativa que o Município tem a receber em 2020, aplicando uma política de intensificação da arrecadação de tributos de competência municipal.

Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	1.585	-
2019	1.349	-14,89%
2020	1.308	-3,01%
2021	1.358	3,78%
2022	1.405	3,46%
2023	1.453	3,42%

Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	29.966	-
2019	32.595	8,77%
2020	31.621	-2,99%
2021	32.817	3,78%
2022	33.952	3,46%
2023	35.112	3,42%

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	64	-
2019	57	-10,94%
2020	56	-2,54%
2021	58	3,78%
2022	60	3,46%
2023	62	3,42%

Fundo Especial do Petróleo - FEP

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	561	-
2019	566	0,89%
2020	550	-2,91%
2021	570	3,78%
2022	590	3,46%
2023	610	3,42%

Transferências de Recursos do SUS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	11.853	-
2019	10.462	-11,74%
2020	10.149	-2,99%
2021	10.533	3,78%
2022	10.898	3,46%
2023	11.270	3,42%

Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	31.282	-
2019	32.336	3,37%
2020	33.870	4,75%
2021	33.935	0,19%
2022	35.102	3,44%
2023	36.296	3,40%



Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	14.343	-
2019	15.309	6,73%
2020	14.852	-2,99%
2021	15.413	3,78%
2022	15.946	3,46%
2023	16.491	3,42%

Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	1.923	-
2019	2.052	6,71%
2020	1.990	-3,01%
2021	2.066	3,78%
2022	2.137	3,46%
2023	2.210	3,42%

Imposto de Produtos Industrializado - IPI

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	90	-
2019	75	-16,67%
2020	73	-2,73%
2021	76	3,78%
2022	78	3,46%
2023	81	3,42%

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	0	-
2019	54	-
2020	52	-3,42%
2021	54	3,78%
2022	56	3,46%
2023	58	3,42%

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	691	-
2019	148	-78,58%
2020	144	-2,99%
2021	149	3,78%
2022	154	3,46%
2023	159	3,46%

Receitas de Capital

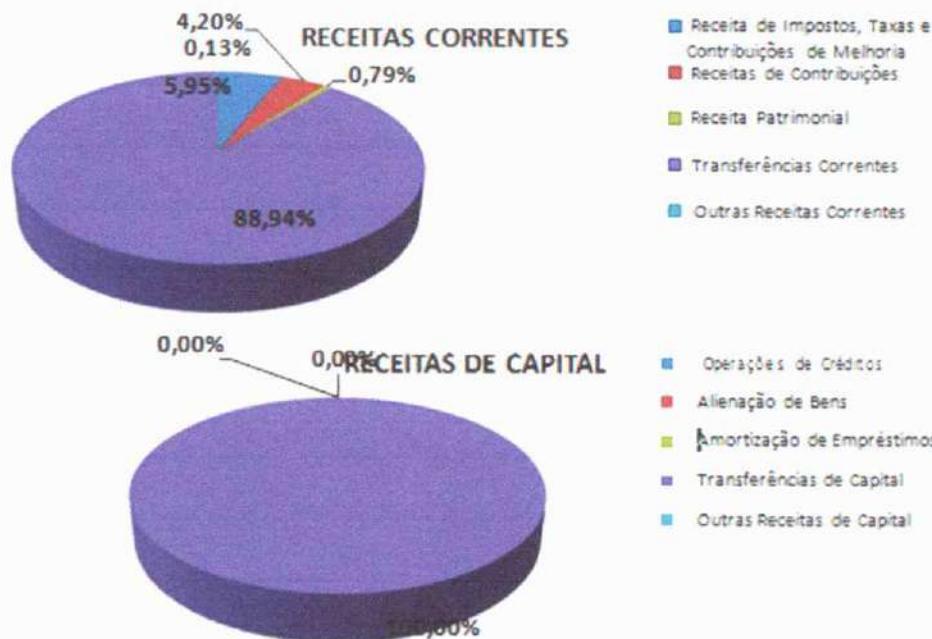
Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	999	-
2019	270	-72,97%
2020	1.304	383,0%
2021	2.001	53,45%
2022	2.200	9,95%
2023	2.400	9,09%

Notas Explicativas:

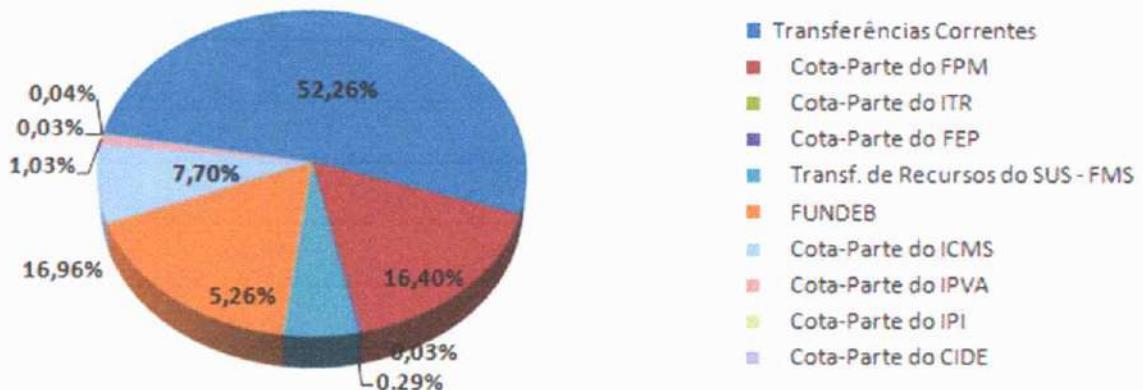
I – As receitas de Capital têm como base as transferências de recursos de convênios. As projeções para os exercícios de 2021, 2022 e 2023 são fundamentadas em estimativas de transferências voluntárias por meio de convênios e contratos de repasse vindos da União e do Estado.



1 – Composição das Receitas Totais – 2021



Participação do FPM e Transferências do SUS nas Transferências Correntes - 2021



Notas Explicativas: Do montante previsto para as Transferências Correntes R\$ 104.579.000,00 em 2021, R\$ 32.817.000,00 compõem o FPM e R\$ 10.533.000,00 compõem as Transferências do SUS.



II - Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para as despesas do Município

TOTAL DAS DESPESAS

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	Realizada 2018	Realizada 2019	Reestimado 2020
DESPESAS CORRENTES (I)	107.938	114.162	111.358
Pessoal e Encargos Sociais	71.796	76.990	75.111
Juros e Encargos da Dívida	19	-	-
Outras Despesas Correntes	36.123	37.172	36.274
DESPESAS DE CAPITAL (II)	3.486	2.879	3.050
Investimentos	1.809	1.077	1.470
Inversões Financeiras			-
Amortização da Dívida	1.677	1.802	1.584
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)			1.328
RESERVA DO RPPS (IV)			-
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (V)	15.999	16.055	16.814
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL(VI)	2.022	1.954	2.984
DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V)	129.445	135.050	135.571

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	PREVISÃO - R\$ milhares		
	2021	2022	2023
DESPESAS CORRENTES (I)	113.376	117.577	121.778
Pessoal e Encargos Sociais	76.560	79.469	82.303
Juros e Encargos da Dívida	229	240	250
Outras Despesas Correntes	36.587	37.868	39.162
DESPESAS DE CAPITAL (II)	4.832	4.844	4.994
Investimentos	3.201	3.156	3.251
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	1.631	1.688	1.746
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	1.381	1.429	1.471
RESERVA DO RPPS (IV)	-	-	-
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS CORRENTES (V)	17.470	18.027	18.555
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS DE CAPITAL(VI)	3.075	3.229	3.424
DESPESA TOTAL (VII) = (I+II+III+IV+V+VI)	140.135	145.107	150.184

Notas Explicativas:

I – Os valores projetados para outras despesas correntes foram baseados na projeção da taxa de inflação do Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de 3,00, 3,50% e 3,42% para os respectivos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

II – Estimativa referente aos valores das despesas de transferências intra-orçamentárias relativos à operação entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da segurança social, seguiram, conforme Manual de Demonstrativos Fiscais 10ª edição, aprovado pela Portaria STN nº 286 de 07 de maio de 2019 (Versão 3 de 26/02/2020).





III – A reserva do RPPS corresponde ao superávit gerado pela diferença entre Receitas Previstas (incluindo as receitas intra-orçamentárias recebidas pelo RPPS) e Despesas Previdenciárias fixadas na Lei Orçamentária Anual, que será utilizado para pagamentos previdenciários futuros.

II.a - Metodologia de Memória de Cálculo para as despesas do Município

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	87.795	-
2019	93.045	5,98%
2020	91.927	-1,20%
2021	94.030	2,29%
2022	97.496	3,69%
2023	100.866	3,46%

Notas Explicativas:

I – Na projeção para despesas de pessoal considerou-se o aumento do salário mínimo nacional em relação a 2020 R\$ 1.045,00, estimado para 2021 em R\$ 1.079,00, conforme previsto no PLDO 2021 da União.

II – As despesas intra-orçamentárias compões os valores projetados da Despesa com Pessoal, relativo as operações entre órgãos, fundos e entidades integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social.

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	19	-
2019	0	-
2020	0	-
2021	229	-
2022	240	5,00%
2023	255	6,00%

Notas Explicativas:

I – A projeção para o pagamento de juros e encargos da dívida segue a política do Banco Central do Brasil (Boletim Focus de 03 de julho de 2020), que projetou em 03 de julho de 2020 a taxa SELIC para os exercícios de 2021, 2022 e 2023 em 3,00%, 5,00% e 6,00%, respectivamente.

Reserva de Contigência

Metas Anuais	VALOR NOMINAL - R\$ milhares	VARIAÇÃO %
2018	0	-
2019	0	-
2020	1.329	-
2021	1.381	3,94%
2022	1.429	3,45%
2023	1.478	3,41%

CD



Notas Explicativas:

I – Os valores fixados para a Reserva de Contingência serão de, no mínimo, 1% da Receita Corrente e destina-se a reforço de dotações a serem utilizadas para pagamento de despesas emergenciais, calamidades e outras contingências.

III - Memória de Cálculo das Metas Anuais para os Resultados Primário e Nominal do Município

ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	RS milhares
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	110.159	114.482	115.782	119.590	123.851	282000
Receita Primária (I)	109.299	113.560	114.887	118.662	122.890	282007
Receita Não primária	860	922	894	928	960	2893
ESPECIFICAÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	282000
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTARIAS)	111.424	117.041	115.782	119.590	123.851	282000
Despesa Primária	109.728	115.239	114.198	117.729	121.922	28199
Despesa Não Primária	1.696	1.802	1.584	1.860	1.929	28001
DESPESA PRIMARIA PAGA (II)	109.446	114.344	116.208	119.578	124.122	28367
RESULTADO PRIMÁRIO (III) = (I-II)	-147	-784	-1.321	-916	-1.232	-1.160
Juros, Encargos e Várias Monetárias Ativos (IV)	860	922	894	928	960	2893
Juros, Encargos e Várias Monetárias PassivosAtivos (V)	19	0	0	229	240	2855
RESULTADO NOMINAL (VI) = (III + (IV - V))	694	138	-426	-217	-512	-421

Notas Explicativas:

I – As receitas e despesas intra-orçamentárias não devem compor o cálculo das Receitas e Despesas Primárias, conforme preconiza a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais - MDF (versão 3 de 26/02/2020).

II – Os dados relativos às receitas e despesas foram extraídos das metas fiscais estabelecidas para as mesmas, conforme demonstrado nas memórias de cálculo das receitas e despesas.

III – O Resultado Primário é calculado pela diferença entre as receitas primárias e despesas primárias.

IV – O cálculo da Meta de Resultados Nominal obedeceu ao método acima da linha estabelecida pelo Governo Federal, por meio da Portaria nº 286, de 07 de maio de 2019, que aprovou a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais – MDF, deduzindo do Resultado Primário, a estimativa de juros e encargos passivos (juros pagos) e somando a estimativa de juros e encargos ativos (juros recebidos).

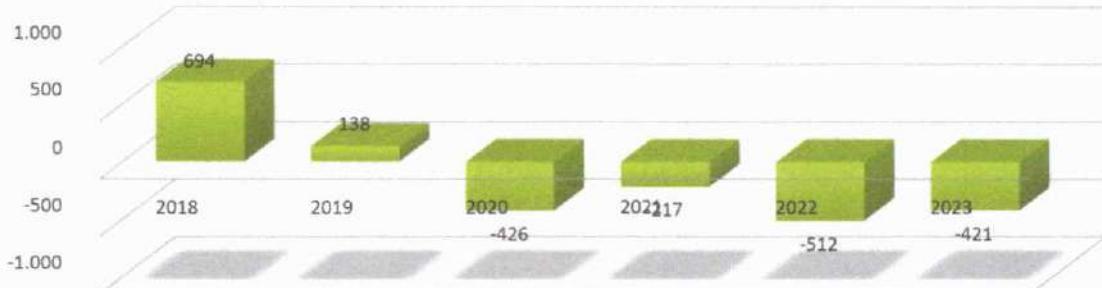
Evolução do Resultado Primário



N



EVOLUÇÃO DO RESULTADO NOMINAL





**IV - Metodologia e Memória de Cálculo
das Metas Anuais para o Montante da
Dívida Pública**

MONTANTE DA DÍVIDA

ESPECIFICO AÇÃO	2018	2019	2020	2021	2022	R\$ milhares
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	39.323	35.665	30.411	25.157	19.903	14.649
Dívida Mobiliária	0	0	0	0	0	0
Outras Dívidas	39.323	35.665	30.411	25.157	19.903	14.649
DEDUÇÕES (II)	0	0	0	0	0	0
Ativo Disponível	4.467	6.571	0	0	0	0
Haveres Financeiros	6.022	0	0	0	0	0
(-) Restos a Pagar Processados	44.337	8.800	0	0	0	0
DCL (I) = (I-II)	39.323	35.665	30.411	25.157	19.903	14.649

Notas Explicativas:

1 - A linha da "Deduções" Registra os saldos da Disponibilidade de Caixa Bruta, líquidos dos Restos a Pagar Processados. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado. Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero", conforme instruído no Manual de Demonstrativos Fiscais da STN, 10ª edição.

2 - Para preenchimento do campo da Dívida Consolidada foram consideradas as projeções de amortização conforme demonstrativo abaixo:

	2018	2019	2020	2021	2022	R\$ milhares
INSS	18.898	17.125	15.451	13.777	12.104	10.43
RPPS	20.350	18.396	14.816	11.235	7.655	4.07
FGTS			0	0	0	0
PASEP			0	0	0	0
OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BNDS		0	0	0	0	0
MINISTÉRIO DA FAZENDA		0	0	0	0	0
PRECATÓRIOS			0	0	0	0
OUTRAS DÍVIDAS	75	144	144	144	144	14
TOTAIS	39.323	35.665	30.411	25.157	19.903	14.649

3 - A projeção do Ativo Disponível e dos Haveres Financeiros de 2020 foi elaborada da seguinte forma:

Valores em milhares (R\$)

Disponibilidade de caixa em 01 de janeiro de 2020	6.571
(+) Previsão de Entrada de Recursos até 31 de dezembro de 2020	135.579
(=) Disponibilidade de Caixa Bruta	142.150
(-) Restos a pagar a serem pagos em 2020	8.800
(-) Restos a pagar a serem cancelados por prescrição em 2020	0
(-) Despesas orçamentárias a serem pagas em 2020	134.250
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida em 2020	0



Tabela 2 – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2021

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2019 ¹ (a)	% PIB ²	%RCL	Metas Realizadas em 2019 ³ (b)	% PIB ²	%RCL	Variação		R\$ milhares
							Valor (c)=(b-a)	% (c/a)x100	
Receita Total	141 006	0,07	127,45	131 018	0,06	118,43	-9 988	-7,01	
Receitas Primárias (I)	139 772	0,07	126,34	113 560	0,06	102,65	-26 212	-18,71	
Despesa Total	141 006	0,07	127,45	135 050	0,07	122,07	-5 956	-4,21	
Despesas Primárias (II)	135 370	0,07	122,36	114 344	0,06	103,35	-21 026	-15,55	
Resultado Primário (III) = (I - II)	4 402	0,00	3,98	-784	0,00	-0,71	-5 186	-117,50	
Resultado Nominal	-2 840	0,00	-2,57	138	0,00	0,12	2 978	-104,16	
Dívida Pública Consolidada	36 498	0,02	32,99	35 665	0,02	32,24	-833	-2,21	
Dívida Consolidada Líquida	36 299	0,02	32,81	35 665	0,02	32,24	-634	-1,77	

Notas:

Meta de Resultado Primário de 2019 conforme Anexo II da Lei Municipal nº 2508/2018

2 - Valores retirados do Anexo 12 da Lei Federal 4.320/64 - Balanço Orçamentário e do Anexo 6 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal, do RRE do 6º bimestre da Prestação de Contas Anual de 2019, disponível no Portal da Transparência do Município.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR - R\$ milhares
Valor Efetivo (realizado) do PIB Estadual em 2019	205 000 000
Receita Corrente Líquida Municipal em 2019	110 633

Notas Explicativas:

PIB: Apesar de ser parâmetro opcional para os municípios, conforme a 10ª edição do Manual de Demonstrativos Fiscais/STN, foi considerando para esse demonstrativo o PIB de Pernambuco de 2019 no valor de R\$ 205 bilhões em valores correntes, publicado pelo site www.condepedifidem.pe.gov.br e IBGE em 12 de março de 2020.

RCL: Receita Corrente Líquida – RCL para o ano de 2019, conforme Relatório Resumido da Execução Orçamentária-RREO - 6º Bimestre/2019.

- d





Tabela 3 – Metas Fiscais atuais comparadas com as fixadas nos três exercícios anteriores

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2021

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										R\$ milhares
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Receita Total	126 012	131 018	3.973	135 579	3 481	140 135	3.361	145 107	3 548	150 182	3.498
Receitas Primárias (I)	109 299	113 560	3.898	114 887	1.169	118 662	3.285	122 890	3 563	127 207	3.513
Despesa Total	129 445	135 050	4 330	135 579	0 392	140 135	3 360	145 107	3 548	150 182	3.498
Despesas Primárias (II)	109 446	114 344	4 475	116 208	1 630	119 578	2 900	124 122	3 800	128 367	3 420
Resultado Primário (III) = (I - II)	-147	-784	-0.577	-1 321	-0 461	-916	0.385	-1 232	-0.236	-1 160	0.093
Resultado Nominal	694	138	-80.115	-426	-408 793	-217	49 056	-512	135 712	-421	-17 644
Dívida Pública Consolidada	39 323	35 665	-9 302	30 411	-14 732	25 157	-17 277	19 903	-20 885	14 649	-26 399
Dívida Consolidada Líquida	39 323	35 665	-9 302	30 411	-14 732	25 157	-17 277	19 903	-20 885	14 649	-26 399

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										R\$ milhares
	2018	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%	2023	
Receita Total	133 586	133 154	-0.323	135 579	1.821	136 054	0.350	136 116	0.046	136 219	0.075
Receitas Primárias (I)	115 868	115 411	-0.395	114 887	-0.454	115 205	0.277	115 276	0.061	115 380	0.090
Despesa Total	137 225	137 251	0.019	135 579	-2.128	136 054	0.350	136 116	0.046	136 218	0.075
Despesas Primárias (II)	116 024	116 208	0.158	116 208	0 000	116 095	-0.097	116 431	0.290	116 431	0.000
Resultado Primário (III) = (I - II)	-156	-797	-0.553	-1 321	-0 454	-944	0.374	-1 155	-0.228	-1 052	0.090
Resultado Nominal	736	140	-80.937	-426	-403 640	-211	-50 540	-480	127 741	-382	-20 368
Dívida Pública Consolidada	41 686	36 246	-13 050	30 411	-16 099	24 424	-19 686	18 670	-23 561	13 287	-28 833
Dívida Consolidada Líquida	41 686	36 246	-13 050	30 411	-16 099	24 424	-19 686	18 670	-23 561	13 287	-28 833

Nota: Os índices utilizados neste demonstrativo foram obtidos nos Relatórios FOCUS (03 de junho de 2020), elaborado pelo Ministério da Economia.

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

2018	3.75%
2019	4.31%
2020	1.63%
2021	3.00%
2022	3.50%
2023	3.42%

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES

2018	- Valor Corrente x	1.0601
2019	- Valor Corrente x	1.0163
2020	Valor Corrente	-
2021	- Valor Corrente /	1.0300
2022	- Valor Corrente /	1.0661
2023	- Valor Corrente /	1.1025



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaa58-885c-4617-9ec8-fbf310189e7d



Tabela 4 – Evolução do Patrimônio Líquido

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2021

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ milhares					
	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	-46.432	100	-35.699	100	-36.919	100
TOTAL	-46.432	100	-35.699	100	-36.919	100

REGIME FINANCEIRO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	R\$ milhares					
	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	0	0	0	0	0	0
TOTAL	0	0	0	0	0	0

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LIQUIDO	R\$ milhares					
	2019	%	2018	%	2017	%
Patrimônio / Capital	0	0	0	0	0	0
Reservas	0	0	0	0	0	0
Resultado Acumulado	-197.792	100	-131.558	100	-93.898	100
TOTAL	-197.792	100	-131.558	100	-93.898	100

Evolução do Patrimônio Líquido

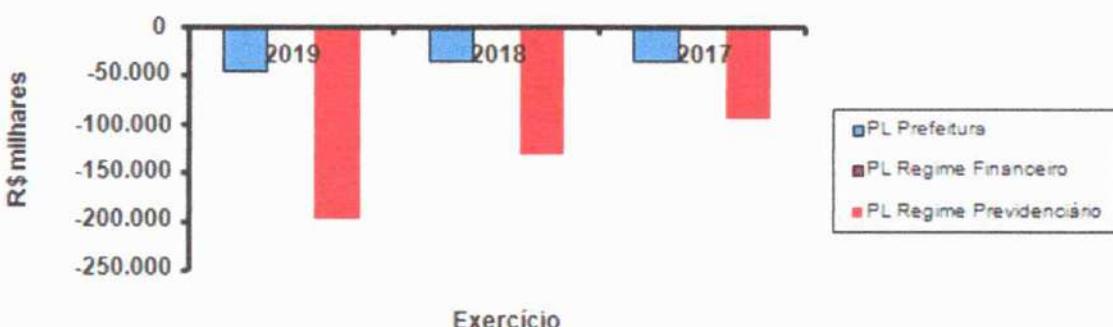




Tabela 5 – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2021

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso III)

RECEITAS REALIZADAS	2019 (a)	2018 (b)	R\$ milhares 2017 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-
Rendimentos de Aplicações Financeiras	-	-	-
DESPESAS EXECUTADAS	2019 (d)	2018 (e)	2017 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-
Régime Geral de Previdência Social	-	-	-
Régime Próprio de Servidores Públicos ¹	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	(g)=((Ia-IId)+(IIIh))	(h)=((Ib-IIe)+(IIIi))	(i)=(Ic-IIf)
VALOR (III)	-	-	-

Fonte: Anexo 11 do RREO - Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos dos exercícios de 2017, 2018 e 2019.

Notas Explicativas:

I – Despesas previstas no art. 44 da LRF: É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

DR



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS 2021

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

PLANO PREVIDENCIÁRIO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados	19.253	20.833	20.985
Civil	4.088	3.519	3.555
Ativo	4.088	3.519	3.555
Inativo	2	3	3
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita de Contribuições Patronais	5.998	15.853	16.536
Civil	5.998	15.853	16.536
Ativo	5.998	15.853	16.536
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Receita Patrimonial	704	800	870
Receitas Imobiliárias	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	704	800	870
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-
Receitas de Serviços	-	-	-
Outras Receitas Correntes	8.463	661	24
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Aportes Parênticos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)*	-	-	-
Demais Receitas Correntes	8.463	2	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I + III - II)	19.253	20.833	20.985
<hr/>			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	18.230	20.423	23.476
Aposentadorias	16.192	17.830	20.645
Pensões	1.999	2.439	2.573
Outros Benefícios Previdenciários	33	154	252
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (V)	18.230	20.423	23.476
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VI) = (IV - V)*	1.023	410	2.491
<hr/>			
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2017	2018	2019
VALOR	-	-	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2017	2018	2019
VALOR	-	-	-

continua

57



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS 2021

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2017	2018	2019
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-	-	-
Plano de Amortização - Aporte Períodico de Valores Predefinidos	-	-	-
Outros Aportes para o RPPS	-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-	-	-
BENS E DIREITOS DO RPPS	2017	2018	2019
Caixa e Equivalente de Caixa	102	611	84
Investimentos e Aplicações	7.071	6.431	5.367
Outro Bens e Direitos	21.578	26.373	28.084
PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES (VII)			
Recetas de Contribuições dos Segurados	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Recetas de Contribuições Patronais	-	-	-
Civil	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Militar	-	-	-
Ativo	-	-	-
Inativo	-	-	-
Pensionista	-	-	-
Recetas Patrimonial	-	-	-
Recetas Imobiliárias	-	-	-
Recetas de Valores Mobiliários	-	-	-
Outras Recetas Patrimoniais	-	-	-
Recetas de Serviços	-	-	-
Outras Recetas Correntes	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (IX) = (VII + VIII)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2017	2018	2019
Benefícios - Civil	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Benefícios - Militar	-	-	-
Reformas	-	-	-
Pensões	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)			

continua

58

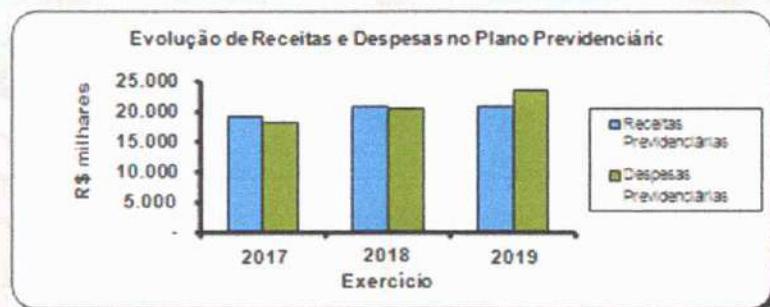


PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS 2021

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2017	2018	2019
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	-	-	-
Recursos Para Formação de Reserva	-	-	-
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2017	2018	2019
RECEITAS CORRENTES	385	417	420
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XII)	385	417	420
DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	2017	2018	2019
DESPESAS CORRENTES (XIII)	623	523	671
DESPESAS DE CAPITAL (XIV)	-	-	3
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS - (XV) = (XII + XIV)	623	623	674
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)	-	238	-206
			254





Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaf58-885e-4617-9ec8-ffb310189e7d



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2021**

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ milhares

EXERCÍCIO	PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2019	-	-	-	5.451
2020	23.660	29.770	6.110	659
2021	25.559	32.367	6.808	7.467
2022	27.605	35.007	7.402	14.869
2023	28.111	37.204	9.093	23.962
2024	29.826	39.260	9.434	33.396
2025	30.766	41.753	10.987	44.383
2026	31.715	44.435	12.720	57.103
2027	32.676	47.224	14.548	71.651
2028	33.763	49.722	15.959	87.610
2029	34.789	52.662	17.873	105.483
2030	35.883	55.532	19.649	125.132
2031	37.008	58.498	21.490	146.622
2032	38.239	61.285	23.046	169.668
2033	39.626	63.692	24.066	193.734
2034	40.745	65.910	25.165	218.899
2035	37.537	68.521	30.984	249.883
2036	38.825	70.194	31.369	281.252
2037	40.004	72.422	32.418	313.670
2038	41.201	74.593	33.392	347.062
2039	42.465	76.553	34.088	381.150
2040	43.846	78.145	34.299	415.449
2041	45.322	79.468	34.146	449.595
2042	46.858	80.623	33.765	483.360
2043	48.524	81.339	32.815	516.175
2044	50.185	82.130	31.945	548.120
2045	51.859	82.918	31.059	579.179
2046	53.695	83.176	29.481	608.660
2047	9.250	83.564	74.314	682.974
2048	9.049	83.532	74.483	757.457
2049	8.880	83.101	74.221	831.678
2050	8.655	82.582	73.927	905.605
2051	8.433	81.768	73.335	978.940
2052	8.175	80.795	72.620	1.051.560
2053	7.931	79.499	71.568	1.123.128
2054	7.710	77.860	70.150	1.193.278

(continua)

60

1

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS



ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo 6 – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS
2021

EXERCÍCIO	Receitas Previdenciárias (a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c) = (a-b)	Saldo Financeiro do Exercício (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2055	7.383	76.351	-68.968	-1.262.246
2056	7.109	74.416	-67.307	-1.329.553
2057	6.832	72.276	-65.444	-1.394.997
2058	6.588	69.820	-63.232	-1.458.229
2059	6.332	67.234	-60.902	-1.519.131
2060	6.064	64.534	-58.470	-1.577.601
2061	5.788	61.739	-55.951	-1.633.552
2062	5.504	58.865	-53.361	-1.686.913
2063	5.214	55.934	-50.720	-1.737.633
2064	4.921	52.966	-48.045	-1.785.678
2065	4.628	49.982	-45.354	-1.831.032
2066	4.336	47.006	-42.670	-1.873.702
2067	4.048	44.058	-40.010	-1.913.712
2068	3.765	41.161	-37.396	-1.951.108
2069	3.489	38.330	-34.841	-1.985.949
2070	3.222	35.572	-32.350	-2.018.299
2071	2.964	32.911	-29.947	-2.048.246
2072	2.717	30.338	-27.621	-2.075.867
2073	2.480	27.862	-25.382	-2.101.249
2074	2.253	25.484	-23.231	-2.124.480
2075	2.037	23.202	-21.165	-2.145.645
2076	1.831	21.027	-19.196	-2.164.841
2077	1.636	18.953	-17.317	-2.182.158
2078	1.452	16.985	-15.533	-2.197.691
2079	1.279	15.120	-13.841	-2.211.532
2080	1.117	13.371	-12.254	-2.223.786
2081	967	11.742	-10.775	-2.234.561
2082	829	10.228	-9.399	-2.243.960
2083	703	8.849	-8.146	-2.252.106
2084	590	7.600	-7.010	-2.259.116
2085	491	6.481	-5.990	-2.265.106
2086	403	5.493	-5.090	-2.270.196
2087	328	4.627	-4.299	-2.274.495
2088	264	3.881	-3.617	-2.278.112
2089	210	3.253	-3.043	-2.281.155
2090	166	2.720	-2.554	-2.283.709
2091	132	2.289	-2.157	-2.285.866
2092	106	1.950	-1.844	-2.287.710
2093	87	1.689	-1.602	-2.289.312
2094	74	1.491	-1.417	-2.290.729

Projeção Atuarial, data base 30/12/2019, elaborada em 13/03/2020, pelo Atuário o Sr. Túlio Pinheiro Carvalho Miba 1626, enviada

61



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2021**

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO	R\$ milhares
			2021	2022	2023		
TOTAL							-

Nota:

Não são estimados valores, para renúncia de receita, relativos a eventual concessão de benefício fiscal, a serem concedidos nos termos do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal e nos termos do texto legal do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2021, devendo ser feito estudo de impacto orçamentário-financeiro por ocasião da concessão do benefício, durante o exercício respectivo.

62



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO – 2021

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, Art. 4º § 2º, inciso V)	R\$ milhares
EVENTOS	Valor Previsto para 2021
Aumento Permanente da Receita	3.111
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	410
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.701
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.701
Saldo Utilizado na Margem Bruta (IV)	2.103
Novas DOCC	2.103
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	599

Notas Explicativas:

I – As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, nos termos do art. 17 da LRF, para o Município em 2021, decorrem do aumento do salário mínimo nacional, estimado em R\$ 1.079,00, conforme previsto no PLDO 2021 da União.

II – Foi considerado, para 2021, aumento de receita de até 3,78%, resultante da taxa de inflação de 3,00% multiplicado pelo fator de sensibilidade dos parâmetros macroeconômicos de 0,60%, resultando em 1,68%, e a taxa de crescimento do PIB de 3,50% multiplicado pelo fator de sensibilidade dos parâmetros macroeconômicos de 0,56%, resultou em 2,10%, ambos indicadores disponíveis no Relatório FOCUS do Banco Central do Brasil, publicado em 03 de julho de 2020.

III – A Lei Federal nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que criou o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) estabeleceu em seu art. 48 a extinção do fundo em 31 de dezembro de 2020. Por prudência, optou-se em manter nas projeções para o ano de 2021, as receitas que formam o fundo, assim como suas deduções, visto que tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição de nº 15, de 2015, que acrescenta o fundo à Constituição para torná-lo permanente.



ANEXO III

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Município de
Escada

EXERCÍCIO DE 2021

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

64



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaa58-885e-4617-9ec8-fb310189e7d



ANEXO III – RISCOS FISCAIS

DO PROJETO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2021

APRESENTAÇÃO:

O presente Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) do Município, para 2021, foi determinado pelo § 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), com a finalidade de registrar e avaliar os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, bem como informar as providências a serem tomadas pela Administração, caso os riscos se concretizem.

Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º. – “§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.”

Riscos Fiscais são possibilidades de ocorrências de eventos que venham a impactar negativamente nas contas públicas, eventos estes resultantes da realização das ações previstas no programa de trabalho para o exercício ou decorrentes das metas de resultados, correspondendo, assim, aos riscos provenientes das obrigações financeiras do governo.

A Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.180/09, que aprovou a NBC T 19.7, que trata de provisões, passivos, contingências passivas e contingências ativas, definiu, nos seguintes termos:

“**Contingência passiva** é uma possível obrigação presente cuja existência será confirmada somente pela ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da entidade; ou é uma obrigação presente que surge em decorrência de eventos passados, mas que não é reconhecida ou porque é improvável que a entidade tenha de liquidá-la; ou porque o valor da obrigação não pode ser estimado com suficiente segurança.”

A Reserva de Contingência, conforme estabelecido na alínea “b” do inciso III do art. 5º da LRF destina-se ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, nos quais se incluem as alterações e adequações orçamentárias em conformidade com o disposto no inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Constará da Lei Orçamentária pelo menos 1% (um por cento) da receita corrente líquida para a reserva de contingência.

Também é possível superar ocorrências de eventos de que trata este anexo, por meio de realocação ou redução de despesas discricionárias.





Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaa58-885e-4617-9ec8-fbf310189e7d



No exercício de 2021 poderão vir a acontecer fatos que impliquem nos seguintes riscos fiscais:

I – Não atingimento das metas de arrecadação de receitas e aumentos de despesas em decorrência de:

- a) Ritmo de crescimento da atividade econômica do País abaixo do que está sendo projetado, com reflexo no nível de arrecadação dos tributos municipais e dos recursos resultantes de transferências constitucionais e legais feitas por outros entes federativos;
- b) Flutuações na taxa de câmbio e/ou aumento da taxa de juros, que tragam reflexos para a economia, implicando em aumento do custo do serviço da dívida (juros e amortizações);
- c) Ocorrência de índices inflacionários diferentes daqueles previstos, que venham a prejudicar as metas fiscais consideradas nas projeções desta LDO;
- d) Inadimplência superior às estimativas de recebimentos dos créditos de dívida ativa tributária, previstos nas campanhas de cobrança administrativa e judicial, consoante disposições do Código Tributário Municipal, da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980 e atualizações;

II – Socorro à população em caso de situações emergenciais, de calamidade pública, epidemias, notadamente a continuidade dos efeitos da pandemia do Covid-19 e enchentes, em valores superiores aos estimados para programas assistenciais, de saúde e da defesa civil que constarão da Lei Orçamentária.

III – Desastres ambientais de grandes proporções no território do município.

IV – Ocorrência de decisões judiciais que impliquem em despesas não previstas ou orçadas em valor menor do que o montante imputado.

Havendo as ocorrências citadas, serão tomadas as providências referenciadas na folha anterior, por meio de utilização da reserva de contingência e realocação de recursos e redução de despesas discricionárias, assim como em situações emergenciais e de calamidade haverá gestão de riscos.

Considerando riscos hipotéticos, a quantificação financeira é de difícil mensuração, enquadrando-se em contingências passivas.

Anexa Tabela de Riscos Fiscais, modelo STN.



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaa58-885e-4617-9ec8-fb310189e7d



PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2021

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	0,00		0,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00		0,00
Avalias e Garantias Concedidas	0,00		0,00
Assunção de Passivos	0,00		0,00
Assistências Diversas	13.709.908,80	Assistências Diversas	13.709.908,80
- Aquisição e distribuição de 63.517 doses de vacina para o COVID-19, quando disponível no mercado, em parceria com os governos federal e estadual.	13.109.908,80	- Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de dotações de despesas discricionárias	13.109.908,80
- Assistência a catástrofes, enchentes, pandemias, epidemias, dentre outros.	600.000,00	- Abertura de créditos adicionais a partir da anulação de dotações de despesas discricionárias	600.000,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	13.709.908,80	SUBTOTAL	13.709.908,80
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDENCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	0,00		0,00
Restituição de Tributos a Maior	0,00		0,00
Discrepância de Projeções	0,00		0,00
Outros Riscos Fiscais	0,00		0,00
SUBTOTAL	0,00	SUBTOTAL	0,00
TOTAL	13.709.908,80	TOTAL	13.709.908,80

O parâmetro de cálculo do valor a ser gasto com as vacinas do COVID-19, se baseou na quantidade de habitantes do município estabelecidos no último senso do IBGE (2010), multiplicados pelo valor de \$40,00 (quarenta dólares), conforme acordo firmado pelo Governo dos Estados Unidos da América (EUA) como tabela de preço global para referência. O valor do dólar foi obtido através da cotação de 27/07/2020 no valor de R\$ 5,16.

Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeas8-885e-4617-9ec8-ffb310189e7d





ANEXO IV

PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Município de Escada

EXERCÍCIO DE 2021

ANEXO DE OBRAS EM EXECUÇÃO, DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NOVOS PROJETOS

68



APRESENTAÇÃO

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estabeleceu no art. 45 que somente deverão ser incluídos novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

O presente anexo contém a discriminação das obras em andamento, despesas previstas para conservação do patrimônio e os novos projetos que serão incluídos na lei orçamentária para 2021, para atendimento das disposições do parágrafo único do referido art. 45 da LRF.

Estão evidenciadas detalhadamente, a seguir:

- I – Obras em Andamento;
- II – Despesas para Conservação do Patrimônio;
- III – Novos Projetos



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/ebp/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeas58-885c-4617-9ec8-fib310189e7d



scada
 TRABALHO VAI CONTINUAR

DEMONSTRATIVO DE OBRAS EM EXECUÇÃO / DESPESAS DE CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E NOVOS PROJETOS
(Art. 45 da LRF)

Lei de Diretrizes Orçamentárias 2021

IDENTIFICAÇÃO DOS PROJETOS	OBRAS EM EXECUÇÃO				Fonte (Recurso Próprio) Financeiro - Cronograma	FONTE (Recurso Comum - PATRIMÔNIO) (R\$)	VALOR A SER GASTO EM 2021 COM CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO (R\$)	GASTOS COM NOVOS PROJETOS EM 2021 (R\$)
	DATA DO INÍCIO DA EXECUÇÃO DA OBRA	VALOR TOTAL DA OBRA (R\$)	% DA CONCLUSÃO	VALOR EXECUTADO EM 2021 (R\$)				
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...)								
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...) Subtotal		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...) Subtotal		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...) Subtotal		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...) Subtotal		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...) Subtotal		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...) Subtotal		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE (...) Subtotal		0,00		0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RESUMO

IDENTIFICAÇÃO	CUSTO TOTAL DA OBRA (R\$)
OBRAS EM ANDAMENTO	0,00
CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	0,00
NOVOS PROJETOS	0,00
TOTAL	0,00

OBS: A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PRETENDE CONCILIAR
 TODAS AS OBRAS PENDENTES EM 2020

Ricardo Panzotto



Documento Assinado Digitalmente por: MARIA JOSE FIDELIS MOURA GOUVEIA, CARLOS BEZERRA DE OLIVEIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 01edeaa58-885e-4617-9ec8-fb310189e7d